

O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA PESPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

Gilmara Flora de Queiroz Xavier ¹

Janine Marta Coelho Rodrigues ²

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos, sem exceção.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que a função do Atendimento Educacional Especializado é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para a eliminação de barreiras em prol da plena participação dos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, considerando suas necessidades específicas. Trata-se de um serviço complementar e/ou suplementar ao processo de escolarização para a autonomia e independência desses alunos na escola e fora dela, não devendo ser substitutivo, nem acontecer isoladamente. Recomenda-se que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) seja realizado no contraturno das aulas regulares, preferencialmente na mesma escola e em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Além disso, é fundamental que haja articulação entre o Atendimento Educacional Especializado, as equipes pedagógicas e as famílias dos alunos atendidos por esse serviço.

A Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017) compõe a política curricular nacional, no sentido de estabelecer a necessidade de cada ente federado elaborar ou reelaborar seus currículos, delegando as instituições escolares a elaboração do seu Projeto

¹ Graduada em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação Especial pelo Núcleo de Educação Especial- UFPB;

Mestranda em Políticas Educacionais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, E-mail:

Gilmara_flora@hotmail.com

² Professora orientadora: Doutorado e Pós Dutorado - PUC, janinecoelho68@gmail.com

Político Pedagógico ou sua Proposta Pedagógica, no sentido de considerar as necessidades, os interesses e as potencialidade de cada estudante. Portanto, é urgente desenvolver estudos e pesquisas que analisem e dialoguem, sobre uma realidade existente na sociedade e na escola como instituição de ensino.

É nessa perspectiva, que o referido estudo foi desenvolvido, tendo como eixo norteador, a análise dos principais desafios e importância da adaptação curricular a partir do Plano Educacional Individualizado (PEI).

Por se tratar de ser um tema de suma importância na educação, o presente estudo realizou uma revisão integrativa de estudos nacionais sobre o PEI a fim de responder algumas questões norteadoras: *os estudos operacionalizam o PEI? Demonstam sua contribuição para a inclusão escolar?* No objetivo geral, se propôs realizar análises a partir de revisões literárias sobre as referidas temáticas, discorrendo sobre os conceitos fundamentais e funções do PEI na aplicabilidade da educação inclusiva da criança com deficiência intelectual na escola.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, tendo como base, o estudo qualitativo, ancorado nos principais autores que comungam com o objetos de estudo MENDES; SILVA; PLETSH, (2011); TENÓRIO; FERRAZ; PINTO, (2015). A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: Educação Inclusiva, Plano Educacional Individualizado, Planejamento Educacional Individualizado, Adaptação Curricular e Crianças com Deficiência Intelectual. Esperamos como resultado, a produção e socialização de conhecimentos, ressaltando a importância do estudo e aplicabilidade do PEI nas práticas educativas de inclusão de crianças com DI nas escolas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2008, o Brasil adotou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, um grande marco histórico e legislativo nacional no que se refere ao acesso e direitos universais à educação. Esta política orienta as instituições de ensino a respeito da inserção incondicional de todos os alunos e da promoção de estratégias para atender às necessidades educacionais de cada estudante. A política visa reforçar os direitos a uma educação inclusiva legalmente prevista e até então não consolidada (ALMEIDA, 2008; FREITAS, 2008). Em 2015, para alavancar as políticas de inclusão, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015 – também chamada de

Estatuto da Pessoa com Deficiência – que reúne todos os dispositivos legais anteriores que abarcam os direitos das pessoas com deficiência, incluindo e reforçando a inclusão escolar.

Nesse contexto, a inclusão escolar preconiza que não é o aluno quem deve se adaptar à escola, mas sim que é a escola que deve se adaptar às diversas formas de aprender (MENDES; SILVA; PLETSH, 2011). A instituição de ensino deve incluir seus estudantes de acordo com suas especificidades, pensando em suas habilidades, suas capacidades e tornando a sala de aula um lugar de todos, de construção de saber e equidade de ensino. A equidade de ensino difere-se da igualdade, pois está intimamente ligada às oportunidades que o aluno recebe para se desenvolver de acordo com suas características e necessidades de aprendizagem. Ou seja, isso significa que nem todos os estudantes necessitam receber o mesmo que os demais, pois isso pode não vir ao encontro das suas necessidades. Deve-se, portanto, assegurar que aqueles que necessitam, recebam todas as oportunidades para que seu desenvolvimento acadêmico e pessoal seja o melhor possível. Desse modo, a equidade assegura o ensino para todos, não permitindo que circunstâncias pessoais e sociais se tornem obstáculos para atingir o potencial educacional de cada estudante (TENÓRIO; FERRAZ; PINTO, 2015).

A criança com DI enfrenta desafios no processo de alfabetização e letramento, pois há um atraso significativo em seu processo cognitivo Pacheco (2007). A leitura e escrita para crianças com DI podem ser complexas dependendo do seu nível de comprometimento neural, além de serem processos complexos, as dificuldades podem ocorrer de diversas maneiras, portanto faz-se necessário que o professor, entendendo essas lacunas apresentadas, possa desenvolver um trabalho diagnóstico, levantando as dificuldades e habilidades, para que assim, planeje de forma objetiva e repetitiva, atividades voltadas ao processo de alfabetização e letramento do aprendente com DI. Independentemente da deficiência, o professor é o mediador e o condutor da aprendizagem, e deve gerar vínculo afetivos com aluno em prol do seu desenvolvimento cognitivo que vá além da sala de aula.

Em um estudo mais atualizado pode-se citar conforme o DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), no CID 10 (Classificação Internacional de Doenças), que a partir do ano de 1997, o termo deficiente intelectual é compreendido “por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência” (CID 10,1995). De acordo com

a Classificação Internacional das Doenças, da Organização Mundial de Saúde (CID-10, 1998), define e classifica a DI em 4 níveis, levando em considerações os resultados nos testes de Quociente de Inteligência (QI) e na capacidade funcional da pessoa:

- Retardo mental leve (Qi entre 50-69)
- Retardo mental moderado (Qi entre 35-49)
- Retardo mental grave (Qi entre 20-40)
- Retardo mental profundo (Qi abaixo de 20)

O PEI - Plano Educacional Individualizado, é também conhecido como Planejamento Educacional Individualizado ou Plano de Ensino Individualizado e é internacionalmente considerado uma metodologia de trabalho colaborativo (COSTA; SCHMIDT, 2019) focada no aluno com deficiência que é elaborada a partir da série, idade, grau de desenvolvimento, estado atual de habilidades e conhecimentos prévios, pensando em objetivos a curto, médio e longo prazos e avaliações de progresso do estudante (GLAT; VIANNA; REDIG, 2012; YELL; BATEMAN; SHRINER, 2020).

Neste planejamento devem constar os níveis de desempenho atual do aluno, os objetivos de aprendizagem, as metodologias de ensino, a avaliação, o tempo para alcançar cada objetivo e quais espaços de aprendizagem serão utilizados. Por ser centrado no aluno, devem ser estabelecidas metas acadêmicas, funcionais e sociais que partem do nível atual de desempenho do estudante em questão e, assim, nenhum aluno terá um PEI igual ao de outro (TRAN; PATTON; BROHAMMER, 2018). Nesse instrumento, estratégias de ensino, que podem vir a facilitar e estimular a aprendizagem do aluno, devem ser descritas e frequentemente avaliadas (PEREIRA; NUNES, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como critério de inclusão na revisão, os artigos encontrados deveriam ser estudos nacionais, publicados em língua portuguesa e por pesquisadores brasileiros referentes ao PEI da Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental. Foram escolhidos esses níveis de ensino por comungar com o fato de se ter um único professor à frente da docência. Foram selecionados 6 artigos para estudos e análise, sendo 6 descartados, uma vez que foram encontrados nas buscas, 12 artigos no total.

➤ Lista dos 6 artigos selecionados para análise:

- 1) A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Autores: PLETSCHE, GLAT, (2012);

- 2) O Plano Educacional Individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. Autores: BASSI; BRITO; NERES, (2020);
- 3) Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Autores: GLAT; VIANNA; REDIG, (2012);
- 4) O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) como estratégia para favorecer a elaboração conceitual em alunos com deficiência intelectual: o caso de Júlio. Autores: MAGALHÃES; CORRÊA; CAMPOS, (2018);
- 5) Formação docente sob o viés do Plano Educacional Individualizado. Autora: MASCARO, (2020);
- 6) A importância do status social, comportamental e da autorregulação da aprendizagem no Planejamento Educacional Individualizado de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo. Autores: SILVA et al., (2020).

Embora os artigos selecionados apresentem o que é o PEI, nenhum deles operacionaliza a elaboração desse plano. Os autores citam o que deve conter no PEI, como informações sobre o aluno, necessidades e prioridades, objetivos, metas e prazos, recursos, metodologias e estratégias, avaliação e profissionais responsáveis pela elaboração e implementação, mas nenhum explica de forma objetiva, clara e sintética, como deve ser realizada a elaboração de cada uma dessas etapas.

Os textos também demonstram o caráter colaborativo do Plano Educacional Individualizado, no entanto, não especificam a função de cada membro da equipe multidisciplinar tanto na elaboração, quanto na implementação do PEI. Segundo Patti (2016), cada membro da equipe desenvolve um papel distinto durante a escrita do PEI, sendo de suma importância esses profissionais conhecerem sua função e ação durante esse trabalho colaborativo. Com isso, mostra-se necessário estudos que demonstrem, de forma clara e concisa como o PEI deve ser elaborado, mostrando e exemplificando parte a parte, para que assim as dúvidas em sua elaboração sejam minimizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tais estudos permitem a obtenção de conhecimentos que são de suma importância na área da Educação, bem como sua relevância para a prática real da Inclusão. Dessa forma, esse tipo de pesquisa pode nos aproximar teoricamente sobre o que é a Adaptação Curricular e como ela ocorre a partir do desenvolvimento do PEI, e que ambos devem caminhar juntos com objetivo o progresso no processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência intelectual, favorecendo a equidade, bem como a inclusão

escolar. Desse modo, se faz relevante, realizar pesquisas que discorram sobre papel de cada profissional da educação no desenvolvimento do PEI.

Seguramente são muitos os desafios encontrados nesse processo, mas é papel da escola encontrar os melhores métodos para que todos/todas os alunos/alunas recebam uma educação de qualidade. O professor e todos os profissionais da escola, precisam compreender a importância de se utilizar estratégias adequadas para o/a aluno/aluna com Deficiência Intelectual (DI), garantido a essas crianças o que lhes é de direito.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Plano Educacional Individualizado, Adaptação Curricular e Crianças com Deficiência Intelectual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão**, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008.

BRASIL, **Lei nº 13.146**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

BASSI, T. M. S.; BRITO, V. M.; NERES, C. C. O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1015-1034, set. 2020.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ci. Huma. e Soc. em Rev.**, RJ, EDUR, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

MAGALHÃES, T. F. A.; CORRÊA, R. P.; CAMPOS, E.C.V.Z. O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) como estratégia para favorecer a elaboração conceitual em alunos com deficiência intelectual: o caso de Júlio. **Rev. Educação, artes e inclusão**. V. 14, n. 4, 2018.

MASCARO, C. A. A. C. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para a inclusão. *Revista Espaço Acadêmico*, n.205, junho/2018

SILVA, G. L. et al. A importância do status social, comportamental e da autorregulação da aprendizagem no Planejamento Educacional Individualizado de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista eletrônica Humanitaris**. V.2, n.02, 2020.

MASCARO, C. A. Formação docente sob o viés do Plano Educacional Individualizado. *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 25, n. 3, p. 5-28, set. / dez 2020.